

**RESENHA DE *HIDRA VOCAL: ESTUDOS SOBRE RETÓRICA E POÉTICA (EM HOMENAGEM A JOÃO ADOLFO HANSEN)* – (ATELIÊ, 2020), DE MARIA DO SOCORRO FERNANDES DE CARVALHO, MARCELO LACHAT, LAVINIA SILVARES (ORG.).**

**Cleber Vinicius do Amaral Felipe  
Professor do Instituto de História da Universidade  
Federal de Uberlândia (INHIS-UFU)  
clebervafe@gmail.com**

O ano de 2020, que parece se arrastar, sediou uma lamentável série de infortúnios. Por outro lado, iniciativas como o lançamento de *Hidra Vocal: Estudos sobre Retórica e Poética (Em Homenagem a João Adolfo Hansen)* atenuaram os pesares e serenaram os ânimos daqueles que, com seriedade e compromisso, promovem a cultura. Organizado por Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, Marcelo Lachat e Lavinia Silvares, o livro apresenta conferências de estudiosos brasileiros e estrangeiros que participaram do *I Panorama de Estudos Poéticos e Retóricos no Brasil*, ocorrido na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-Unifesp) entre os dias 10 e 12 de setembro de 2018.

Embora tenha assumido o compromisso de elaborar esta resenha, não seria capaz de fazer justiça à qualidade desse “compêndio de falas”, tampouco ao legado que João Adolfo Hansen tem edificado nas últimas décadas. Tal limitação, contudo, deve servir de estímulo à leitura da coletânea, pois é a isso que um bom livro se presta: evidenciar e, em seguida, suprir nossas carências cognitivas com enunciados capazes de exilar os leitores de suas zonas de conforto. Parece sensato, portanto, reconhecer que o atrativo do gênero “resenha” seja sua ineficácia em abordar e esgotar a obra que propala.

No que diz respeito à disposição, *Hidra Vocal* reúne quatorze capítulos, voltados para diferentes circunstâncias históricas. Todos, sem exceção, reconhecem a importância do método analítico de Hansen, que pode ser desdobrado em, basicamente, três movimentos simultâneos e complementares: (1) leva em consideração e examina os procedimentos convencionais de cada gênero retórico; (2) apreende o “contexto histórico” a partir das convenções que o fundamentam, sem supor que ele se encontra fora da escrita. Essa medida evita a hierarquização indevida dos objetos textuais; (3) compreende os efeitos que as práticas letradas efetuam a partir das referências datadas desses mesmos efeitos. Assim, admite-se a historicidade e evita-se o emprego anacrônico de categorias como “progresso”, “evolução”, “estética”, “originalidade”, “literatura”, “autor”.

Dos textos que integram o livro, o de Paulo Martins é o que mais recua no tempo, pois analisa o lugar ocupado pelos nomes Tulo, Basso, Galo e Pôntico no *Monobiblos*, do poeta romano Propércio. De acordo com o autor, existem duas grandes vertentes interpretativas: uma concebe as personagens supracitadas como referências históricas que subsidiam a sinceridade do poeta e, portanto, amparam a subjetividade de uma poesia de matiz confessional; e outra associa a referência nominal e o *constructo* poético por meio de uma subjetivação fictícia. No decorrer da análise, Martins atenta-se para uma série de

conceitos (como o de *nobilitas*), interpreta a poesia de Propércio a partir de suas convenções (ou seja, sem recorrer aos anacronismos românticos convencionais) e estuda as elegias do *Monobiblos* a partir do imbricamento das artes amatória e poética.

Cuidado análogo comparece no estudo de Luís Filipe Silvério Lima, que se afasta da noção de “autor romântico, criador e original” e concebe o padre António Vieira como “autor que mimetiza e emula autores anteriores [...] pensados como reflexos, porque partícipes, de uma força criadora, idêntica e única, a Causa Divina da qual todos são efeitos e, na melhor das hipóteses, causas segundas da Causa Primeira e Final” (p. 112). No caso da mensagem profética, objeto privilegiado em sua análise, seria imprescindível a anuência de Deus, “Autor por excelência” e “fonte de autorização para as interpretações dos eventos históricos; mas só poderia ser assumida como autoritativa se fosse, por sua vez, autorizada pela *auctoritas* de escritores humanos que a utilizaram anteriormente” (p. 118).

Como salientou Chartier no capítulo “A Ordem do Discurso e a Materialidade dos Textos”, vertido para o português por Marcelo Lachat, a “universalização dos critérios românticos, expressivos e psicológicos, forjados nos séculos XVIII e XIX, oculta uma descontinuidade fundamental”. Ao longo de sua reflexão, o historiador francês retoma tratados que preceituam os afazeres dos tipógrafos e demonstra que o uso da pontuação pode afastar ou aproximar manuscritos e textos impressos. Salienta-se, assim, que o “processo de publicação, qualquer que seja sua modalidade, é sempre um processo coletivo, o qual não separa a materialidade do texto da textualidade do livro.” (p. 83)

Considerar as descontinuidades significa, dentre outras coisas, levar em consideração as particularidades dos gêneros retórico-poéticos aos quais as práticas letradas se afinam. Flávio Reis, no capítulo onze, analisa as figurações do príncipe exemplar por meio de uma narrativa de cavalaria escrita por João de Barros em 1522, dedicada a D. João III. Sistematizada conforme os pilares da *historia magistra vitae*, a crônica de Clarimundo, afinada ao gênero epidítico, instrui e deleita valendo-se da imitação de *auctores* antigos. Já Eduardo Sinkevisque, no capítulo que encerra o livro, retoma o *Tratado Político* (1715), de Sebastião da Rocha Pita, como exemplo do gênero histórico, escrito com estilo médio, disposto *in ordo naturalis*, narrado em primeira pessoa e vincado de juízos sobre as matérias que encena. Reis e Sinkevisque sabem que a história, até o final do século XVIII, era um ramo da retórica e, portanto, uma arte (*ars, téchne*). Logo, ela não se pautava nas tópicas do progresso e do evolucionismo, mas na tradição, na referencialidade do campo de experiências.

Admitir as descontinuidades é, também, o que propõe Pedro Marques ao lembrar, no sétimo capítulo, que os lugares discursivos “são todos convencionais, nada espontâneos” (p. 142). Em se tratando de Gregório de Matos, o autor salienta a centralidade de categorias como imitação/emulação, engenho, agudeza, decoro, discrição, que tornam inoperantes noções iluministas e românticas exteriores à poesia do Seiscentos. Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, no capítulo três, estabelece nexos entre “a produção poética de uma freira que recebeu o nome religioso de Violante do Céu e um poeta conhecido no Brasil pela alcunha de Boca do Inferno” (p. 61). Assim, a autora ajuda a pensar Gregório de Matos não como um indivíduo reacionário, libertino, revolucionário etc., mas como *persona* que ajuíza sobre aspectos do seu presente, adotando tópicas teológico-políticas que reafirmam a concepção providencialista da história, fundamentam as agudezas poéticas e sistematizam o éthos virtuoso.

Em “Espelho de uma Vida Humana”, Adma Muhana retoma os escritos de Uriel da Costa, cristão convertido ao judaísmo a quem se atribui textos como *Exame*

*das Tradições Fariseias e Exemplar Humanae Vitae*. A autora, inicialmente, desmembra e analisa a posição crítica assumida pelo estudioso italiano Omero Proietti. Em seguida, estuda alguns *topoi* mobilizados pelo autor e constata que ele recusou a Lei da Graça (cristã) e a Lei Escrita (de Moisés) para aderir à Lei Natural (ou da reta razão), que estaria isenta dos erros cometidos e legislados por judeus e cristãos. Sem partir de um *a priori* biográfico ou reconhecer a possibilidade de sondar a intimidade ou psicologia do autor, Muhana detém-se no caráter convencional das letras e no elenco de preceitos morais por meio do qual Uriel da Costa institui para si um “retrato ético”, composto de uma alma racional e formulado com base em uma aguda retórica judicial.

Uma abordagem igualmente criteriosa pode ser encontrada no oitavo capítulo, quando Marcus De Martini analisa a “Petição” e o “Memorial” – documentos que integram o processo inquisitorial do Padre Antônio Vieira – e demonstra que não devem ser lidos como expressão subjetiva, pois reúnem estratégias retóricas por meio das quais Vieira figura a si mesmo como homem prudente, caridoso, detentor de um insuperável zelo missionário. Em sua argumentação, Vieira teria vituperado um Santo Ofício “autocentrado”, que investigava “o que havia sido dito em vez de se preocupar com o que devia ser feito”, desempenhando um “papel paradoxalmente contrário às crenças que protestava defender”. Logo, se o jesuíta e a Companhia de Jesus cunhavam fiéis, os dominicanos criavam “hereges em vez de combatê-los” (p. 165).

Devemos desconfiar do termo “originalidade”, no que diz respeito às práticas letradas dos séculos XVI e XVII. No capítulo doze, Elaine C. Sartorelli afirma que Montaigne, suposto “inventor da subjetividade”, teria sido, também, um “homem clássico”, que “aprendeu o latim como língua nativa, que conhecia todo o monumento da literatura antiga, que fez de Plutarco seu interlocutor” (p. 235-236). Embora responsável por um gênero novo, ele não teria abandonado a imitação, o que leva a autora a afirmar que “a subjetividade estabelecida por Montaigne, não é originalidade ou ruptura, mas um banquete no qual todos os clássicos foram consumidos e digeridos” (p. 237).

Destacando a importância dos comentários sobre a poesia de Camões, Isabel Almeida, no segundo capítulo, também demonstra como a emulação era critério incontornável nos séculos XVI e XVII, pois os comentadores, ao refutar escólios antigos para demarcar sua legitimidade, não estavam recorrendo à afirmação individual, pois “a conflitualidade desta *aemulatio* radica no dinamismo da poética e para ele concorre” (p. 41). Assim, “a poética dos séculos XVI e XVII é uma poética de imitação, alicerçada em modelos. Mas esse quadro nem tolhe a busca de uma maneira pessoal nem diminui a estima pelo que possa constituir um timbre” (p. 45).

É preciso manter uma postura cautelosa diante de categorias duradouras, sobretudo daquelas que nem sempre comportaram um mesmo sentido. No penúltimo capítulo, Lavinia Silves, tomando como base a concepção de imaginação na Inglaterra de Shakespeare, diferencia os poetas românticos, que pensam a poesia como expressão imediata da imaginação em decorrência de estímulos sensoriais, perceptivos e intelectivos, e a imaginação associada às convenções miméticas da retórica. Se, a princípio, para fazer uso dela, recorria-se ao “hipotético ficcional regulado pela verossimilhança das convenções”, com o Romantismo, a “imaginação se impõe como potência autônoma criativa, capaz de processar as experiências variadas da vida vivida ou imaginada e transformá-las em uma verdade poética” (p. 249).

Ao transitar pelos trabalhos de Hansen e discriminar algumas de suas várias contribuições, Jean Pierre Chauvin discute, no capítulo cinco, a necessidade de reorientação

da Crítica Literária, demonstrando que o método proposto por Hansen se afinava ao que ocorria analogamente na historiografia. Parte dos historiadores também suspeitava de análises quantitativas, do estruturalismo, das continuidades e do progresso. Curioso, pois no século XIX a Literatura e a História brasileiras também miraram propósitos comuns, associados aos ideais positivos, nacionalistas e científicos propagados e legitimados pelo IHGB e pelos literatos patrocinados por D. Pedro II. Chauvin, em seguida, convida o leitor a “desconfiar do cânone crítico” e afirma ser “preciso reescrever a história da literatura luso-brasileira, à luz dos trabalhos realizados nos últimos trinta anos” (p. 104). *Hidra Vocal* parece responder a tal demanda, pois persevera no estudo das ruínas letradas anteriores ao Iluminismo e indiferentes às estéticas românticas.

Deixado propositalmente para o final, o capítulo de João Adolfo Hansen começa e termina manifestando gratidão àqueles que ouviram, leram e incorporaram suas reflexões. No desfecho do texto, ele agradece a paciência de todos. Embora a *captatio benevolentiae* seja oportuna, sabemos que não precisa de paciência quem é parte ou desdobramento do legado que vem construindo. Não que haja verdades acabadas ou soluções mágicas em sua fala, pois suas reflexões assinalam as descontinuidades históricas que caracterizam as letras de diferentes lugares e momentos, inclusive as suas. Nós, que o lemos, somos cabeças sobressalentes da Hidra. O crítico nomeia algumas delas e pede desculpa por ter olvidado outras, o que é compreensível em uma trajetória de décadas orientando e acompanhando pesquisas.

Por falar em Hidra, convém lembrar que Hércules cortou e cauterizou suas cabeças com exceção de uma, que era imortal. Depois de arrancá-la, ele a enterrou para assegurar que permanecesse inerte. Ocorre o mesmo com o legado, com a “herança imaterial” que ganha vida própria e persevera a despeito da vontade de seu autor. Segundo uma versão mitológica, Hércules não suportou a dor ocasionada pelo sangue desse monstro e tirou a própria vida. O legado, afinal, é espólio que enriquece os afetos e veneno que atordoa os desafetos.

Hansen conta-nos que encontrou uma edição veneziana de *Il Cannocchiale Aristotelico*, escrito por Tesauo. Em seguida, afirma que “os bichos brasileiros demonstraram o magnífico empenho que sempre demonstram na sua arte de roer”. O livro contava com centenas de furos e “uns 80% dos buracos coincidiam com as vogais das sílabas italianas e latinas de Tesauo. *Ridicolo*, por exemplo, era legível como *rdcl*”. Sua leitura “foi muito facilitada por uma lupa que” lhe “foi emprestada por dois funcionários da Biblioteca Nacional, Waldyr da Cunha e Raymundo Carneiro”. Nela, estabeleceu “hipóteses sobre as vogais que deviam preencher os buracos” (p. 13). O que parece uma anedota ordinária concilia duas questões fundamentais: a reconstituição dos objetos textuais e o uso da lupa para transformar

[...] restos ou resíduos do passado, dando-lhes uma ordenação determinada, não para reconstituir o seu antigo presente como a positividade factual de algo efetivamente acontecido, mas para compor o lugar do morto, ou seja, a sua metáfora, como um lugar de vozes múltiplas onde a ficção do morto é posta a falar segundo a especificidade arqueologicamente constituída da duração em que ela se inclui (p. 14).

A Hidra é um monstro. A sátira, como aquela que compõe o *corpus* Gregório de Matos, inventa monstros ao representar a desproporção dos vícios. Já Vieira, por meio da ação missionária e das letras, apresenta aos cristãos, mas também aos hereges, gentios e pecadores, a moderação dos afetos e a bem-aventurança, estabelecendo um compasso

entre a ação humana (*recta ratio*) e a luz da Graça inata. Logo se nota que as caricaturas do escárnio (que aciona o riso), a justa medida das virtudes (que proporciona o sublime), assim como as prescrições tipográficas, a tradição dos comentários, a prosa historiográfica, as agudezas poéticas, os processos inquisitoriais, o éthos das personagens e a *persona* do autor, são construtos que favorecem o fabrico do morto. O morto, claro, não se torna menos morto, pois continua a ser vestígio que atesta a destruição orquestrada pelo tempo. Para elaborar seu lugar, sempre parcial e provisório, os autores de *Hidra Vocal* emprestam-nos suas lupas.

Hoje, os bichos que destroem a cultura são bípedes e simulam interesse pelo bem comum quando, na verdade, disseminam a morte. Na contracorrente dessa lógica fascista e negacionista da necropolítica, *Hidra Vocal* não apenas reconstitui o lugar dos mortos, mas reverencia a vida ao disseminar cultura e referendar o legado de um discreto arqueólogo de ruínas letradas. Sendo assim, recomendar sua leitura é um obséquio.

*Submissão: 15 de dezembro de 2020.*

*Aprovação 29 de dezembro de 2020*